

# **REGULAMENTO INTERNO**

# Índice

<b>I - NORMAS GERAIS.....</b>	<b>4</b>
IDENTIFICAÇÃO .....	4
<i>Artigo 1º</i> .....	4
ORGANIZAÇÃO .....	4
<i>Artigo 2º</i> .....	4
<i>Artigo 3º</i> .....	6
Funcionamento do ano escolar.....	6
ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE .....	6
<i>Artigo 4º</i> .....	6
HIGIENE NA ESCOLA .....	6
<i>Artigo 5º</i> .....	6
ACESSO À ESCOLA .....	6
<i>Artigo 6º</i> .....	6
<b>II - NORMAS ESPECÍFICAS .....</b>	<b>8</b>
DIREÇÃO PEDAGÓGICA .....	8
<i>Artigo 1º</i> .....	8
CONSELHO PEDAGÓGICO .....	8
<i>Artigo 2º</i> .....	8
Enquadramento .....	8
<i>Artigo 3º</i> .....	9
Composição.....	9
<i>Artigo 4º</i> .....	9
Competências .....	9
<i>Artigo 5º</i> .....	9
Funcionamento.....	9
CORPO DOCENTE.....	10
<i>Artigo 6º</i> .....	10
Enquadramento .....	10
<i>Artigo 7º</i> .....	10
Direitos.....	10
<i>Artigo 8º</i> .....	11
Obrigações .....	11
<i>Artigo 9º</i> .....	12
Faltas .....	12
ALUNOS .....	12
<i>Artigo 10º</i> .....	12
Enquadramento .....	12
<i>Artigo 11º</i> .....	13
Direitos.....	13
<i>Artigo 12º</i> .....	13
Obrigações .....	13
<i>Artigo 13º</i> .....	14
Ação disciplinar .....	14
<i>Artigo 14º</i> .....	17
Inscrição .....	17

<i>Artigo 15º</i> .....	17
Restrições de matrícula .....	17
<i>Artigo 16º</i> .....	18
Propinas.....	18
<i>Artigo 17º</i> .....	20
Faltas .....	20
<i>Artigo 18º</i> .....	21
Transição de grau .....	21
<i>Artigo 19º</i> .....	22
Transferências .....	22
<i>Artigo 20º</i> .....	22
Infantil e Iniciações.....	22
<i>Artigo 21º</i> .....	24
Curso Básico de Música em regime Supletivo .....	24
<i>Artigo 22º</i> .....	24
Curso Básico de Música em regime Articulado.....	24
<i>Artigo 23º</i> .....	24
Outros Casos .....	24
<i>Artigo 24º</i> .....	25
Cancelamento de matrículas .....	25
<b>AVALIAÇÃO</b> .....	25
<i>Artigo 25º</i> .....	25
Formas de avaliação.....	25
<i>Artigo 26º</i> .....	26
Critérios de avaliação.....	26
<b>PESSOAL NÃO DOCENTE</b> .....	27
<i>Artigo 27º</i> .....	27
Enquadramento .....	27
<i>Artigo 28º</i> .....	27
Direitos.....	27
<i>Artigo 29º</i> .....	28
Obrigações .....	28
<b>PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO</b> .....	28
<i>Artigo 30º</i> .....	28
Direitos e deveres.....	28
<b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b> .....	29
<i>Artigo 31º</i> .....	29

# I - Normas Gerais

## **IDENTIFICAÇÃO**

### **Artigo 1º**

1. A Escola de Música de Leça da Palmeira é um estabelecimento de ensino privado, enquadrado no estatuto dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo no âmbito do Decreto Lei 152/2013 de 04 de Novembro e demais legislação aplicável.
2. A entidade proprietária da escola é a LEVANTE, COOPERATIVA DE ENSINO E CULTURA, CRL, com sede na Rua Óscar da Silva, 529, 4450-758 Leça da Palmeira, com NIPC 507474325.
3. A Escola possui autorização de funcionamento nº 155/DREN, emitida pela Direção Geral de Educação do Norte em 30 de Dezembro de 2005.
4. A Escola de Música de Leça da Palmeira dedica-se ao ensino especializado da música, nos níveis de ensino infantil, iniciações e básico.
  - a) O curso básico é dividido nos regimes articulado e supletivo.
  - b) Salvo indicação explícita, a menção, neste regulamento, de cursos básicos, refere-se aos dois regimes.
5. A escola possui autorização para lecionar os cursos básicos de Flauta Transversal, Piano, Viola Dedilhada, Violino, Violoncelo, Clarinete, Saxofone e Contrabaixo e possui uma lotação máxima de 30 alunos por turma/hora distribuídos por 27 em aulas teóricas e 3 em aulas práticas.

## **ORGANIZAÇÃO**

### **Artigo 2º**

1. Entende-se por ESCOLA, no seu sentido lato, a estrutura composta por:
  - a) Alunos inscritos num determinado ano letivo
  - b) Pessoal docente afeto num determinado ano letivo

- c) Pessoal administrativo e auxiliar
  - d) Encarregados de educação dos alunos que frequentam a escola num determinado ano letivo.
  - e) Edifício em que funcionam as aulas e demais atividades da escola
  - f) Equipamento pertença da escola e utilizado nas aulas e demais atividades curriculares e administrativas
2. Toda a estrutura referida no número anterior se rege pelo presente regulamento
  3. De acordo com a legislação em vigor é expressamente proibido fumar em todos os locais da Escola.
  4. A afixação de informação deverá ser feita em locais próprios existentes nas instalações.
    - a) Toda a informação a afixar tem de ser do conhecimento da Direção Pedagógica, que a rubricará, datará e mandará afixar.
    - b) Ao fim de oito dias a informação poderá ser retirada e arquivada em local próprio.
  5. Todo o material necessário ao funcionamento das aulas, deve ser requisitado junto dos responsáveis e utilizado nas instalações da Escola. Em casos especiais, devidamente justificados, poderá a Direção, autorizar a sua utilização fora das instalações da Escola para a realização de atividades e iniciativas ligadas ao processo de aprendizagem.
  6. Alunos, professores, pessoal administrativo e auxiliar, deverão participar à Direção qualquer situação anormal da vida escolar, que ponha direta ou indiretamente em causa o funcionamento, clima relacional e imagem da Escola.
  7. Nas salas de aulas, só poderá estar o professor e o(s) aluno(s), conforme se trate de aula individual ou coletiva.
    - a) Ao número anterior, aplica-se a exceção do Diretor Pedagógico e de quem o mesmo autorizar.
  8. As aulas só excepcionalmente poderão ser interrompidas, pelo diretor pedagógico, ou pelo pessoal auxiliar no caso de se tratar de assunto urgente que o justifique.

## **Artigo 3º**

### **Funcionamento do ano escolar**

1. O ano escolar, salvo instruções oficiais, será estabelecido pelo Ministério da Educação e Ciência.
2. A escola poderá, no âmbito da sua autonomia e da gestão das atividades pedagógicas, alterar pontualmente o calendário proposto pelo Ministério da Educação e Ciência

## ***ASSIDUIDADE E PONTUALIDADE***

### **Artigo 4º**

Alunos, professores, pessoal administrativo e auxiliar, têm de ser assíduos e pontuais, prestando os serviços que lhe são atribuídos.

## ***HIGIENE NA ESCOLA***

### **Artigo 5º**

1. Todos os elementos da Escola devem contribuir para um ambiente de bem-estar e ordem nas instalações, nomeadamente, na conservação e limpeza do mobiliário, material e espaço escolar.
2. Após a utilização das instalações, dos materiais e equipamentos educativos, os utentes devem deixá-los nas melhores condições.
3. Quem por culpa ou negligência, danifique equipamentos, mobiliário ou material didático pertencentes à Escola, fica obrigado a cobrir os respetivos prejuízos. A ocorrer tal situação, deverá ser dado conhecimento do facto à Direção.

## ***ACESSO À ESCOLA***

### **Artigo 6º**

1. Só tem acesso livre à Escola: alunos, professores, pessoal administrativo e auxiliar, que a ela pertençam.

2. Têm acesso condicionado à Escola: pais e encarregados de educação dos alunos que a frequentam, ou qualquer outra pessoa que, por motivo justificado tenha assunto de interesse a tratar.
3. Para efeitos de aplicação do disposto no número anterior, o pessoal em serviço solicitará aos visitantes a sua identificação bem como a indicação do assunto a tratar. De igual modo, a identificação poderá ser exigida a qualquer pessoa que se encontre dentro do recinto da Escola.

## **II - Normas Específicas**

### ***DIREÇÃO PEDAGÓGICA***

#### **Artigo 1º**

1. A Direção Pedagógica é constituída e rege-se de acordo com o estabelecido no Decreto Lei nº 152/2013, de 04 de Novembro e demais legislação aplicável.
2. O exercício de funções de Direção Pedagógica é equiparável, para todos os efeitos legais, à função docente.
3. Compete à Direção Pedagógica a orientação da ação educativa da Escola e, designadamente:
  - a) Representar a Escola junto do Ministério da Educação e Ciência, em todos os assuntos de natureza pedagógica;
  - b) Planificar e superintender nas atividades curriculares e culturais;
  - c) Promover o cumprimento dos planos e programas de estudos;
  - d) Velar pela qualidade do ensino;
  - e) Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
  - f) Solucionar os problemas que eventualmente surjam nas disciplinas e no funcionamento da Escola;
  - g) Exercer as demais competências conferidas por lei ou delegadas pela entidade proprietária da Escola de Música.

### ***CONSELHO PEDAGÓGICO***

#### **Artigo 2º**

##### **Enquadramento**

1. O Conselho Pedagógico é um órgão de gestão da Escola nos capítulos da orientação e coordenação pedagógica.



## **Artigo 3º**

### **Composição**

1. Dada a reduzida dimensão do corpo docente, o conselho pedagógico é constituído por todos os professores e pela diretora pedagógica.

## **Artigo 4º**

### **Competências**

1. As competências do conselho pedagógico são as consagradas na lei, nomeadamente:
  - a. Apresentar propostas e emitir parecer sobre questões relativas ao projeto educativo.
  - b. Apresentar propostas e emitir parecer sobre questões relativas ao regulamento interno.
  - c. Apresentar propostas e emitir parecer sobre questões relativas ao plano de atividades.
  - d. Emitir parecer relativo às reuniões de avaliação.
  - e. Aprovar questões de natureza pedagógica, nomeadamente:
    - i. Objetivos das disciplinas
    - ii. Critérios de avaliação
    - iii. Transição de grau
    - iv. Planos de acompanhamento pedagógico
    - v. Matrizes de provas
  - f. Participar no processo de avaliação do pessoal docente.
  - g. Propor mecanismos orientados para a melhoria de qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens.

## **Artigo 5º**

### **Funcionamento**

O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por período e, extraordinariamente, sempre que para tal seja convocado pela diretora pedagógica.

## **CORPO DOCENTE**

### **Artigo 6º**

#### **Enquadramento**

1. Os professores da Escola de Música de Leça da Palmeira terão os direitos e os deveres consignados na Lei, nomeadamente no Código do Trabalho, nos respetivos contratos de trabalho e demais regulamentos e normas existentes na escola.
2. A fixação do quadro de professores e sua admissão é da competência da Direção da Escola, podendo delegar na Diretora Pedagógica.
3. Os professores não deverão tomar atitudes que possam ser notoriamente desrespeitosas e impróprias de uma escola, centro de educação e formação.
4. Em qualquer altura do ano letivo, a desistência de alunos poderá levar a Direção Pedagógica a refazer o horário dos professores, no sentido de anular a vaga ocorrida.
  - a) A alteração do horário deverá ter em conta a disponibilidade do professor e dos restantes alunos do mesmo.
5. O ajuste de horários referido no ponto anterior, terá repercussão no vencimento do professor, a partir do mês seguinte àquele em que se verificar a desistência.
6. A Direção da Escola poderá, após análise de cada situação particular, decidir pela não aplicação do ponto anterior, na defesa dos interesses dos professores, desde que tal não ponha em causa a situação financeira da Escola

### **Artigo 7º**

#### **Direitos**

1. Constituem direitos dos professores:
  - a) Ser respeitado pelos colegas, funcionários da escola, encarregados de educação, alunos, Direção Pedagógica e direção da entidade titular.
  - b) Dispor de condições para o exercício das suas funções, de acordo com as disponibilidades materiais e humanas da escola.

- c) De acordo com a lei geral, os professores têm direito a pausas no seu horário letivo.
- d) Ser chamado a avaliar as audições e outras atividades não letivas em que participem.

## **Artigo 8º**

### **Obrigações**

1. Constituem obrigações dos professores:
  - a) Assinar o livro de ponto, especificando as horas de entrada e saída, registando as faltas dos alunos e os sumários das lições. Terminadas as aulas, os livros ficarão arquivados, de forma ordenada, no local próprio para o efeito.
  - b) Não facultar, em caso algum, o livro de ponto ao aluno.
  - c) Organizar audições de classe, durante o ano letivo, nas disciplinas em que tal for possível.
  - d) Participar, com os seus alunos, nas audições organizadas pela Escola.
  - e) Colaborar em audições de professores.
  - f) Participar e colaborar em ações desenvolvidas pela escola.
  - g) Comunicar à Direção Pedagógica situações anormais que detetem, nomeadamente relativas aos seus alunos.
2. É obrigatória a presença dos professores nas reuniões de professores, de avaliação e do Conselho Pedagógico, bem como na formação de júris de provas de avaliação.
  - 2.1. As convocatórias para os efeitos do número anterior serão feitas com a antecedência mínima de uma semana.
3. Quando algum professor, por motivos de ordem pedagógica ou didática, necessitar de dar a aula fora das instalações habituais, deve, previamente, solicitar autorização à Direção Pedagógica

## **Artigo 9º**

### **Faltas**

1. Os professores deverão, sempre que possível, avisar com antecedência das faltas que sejam obrigados a dar.
2. As faltas por doença deverão ser certificadas por atestado médico a apresentar no prazo de cinco dias a contar do início da doença.
3. Se, por qualquer motivo que não o de doença, o professor for obrigado a faltar, deverá preencher, com antecedência, os impressos postos à sua disposição na Secretaria, para os devidos efeitos, nomeadamente para substituição das aulas.
4. Nos casos em que se verifique o incumprimento do ponto anterior ou um elevado número de faltas do professor, sem uma justificação adequada, a Direção Pedagógica procurará, junto do professor, resolver a situação para que os alunos não sejam prejudicados
5. O Diretor Pedagógico poderá aceitar, ou não, quer a justificação das faltas, quer a data proposta para substituição das aulas.
6. As aulas não dadas em virtude de falta do professor deverão ser substituídas, em data a combinar diretamente entre o professor e o aluno no caso de aulas individuais, ou em data que reúna o consenso de, pelo menos 2/3 dos alunos em aulas coletivas, devendo, em ambos os casos tal ficar registado em impresso próprio, com as assinaturas do professor e dos alunos.

## **ALUNOS**

### **Artigo 10º**

#### **Enquadramento**

1. Podem ser alunos da Escola de Música de Leça da Palmeira todos os indivíduos de ambos os sexos a partir dos 4 anos de idade.
2. A carga horária dos alunos dos cursos oficiais, é a imposta pelo Ministério da Educação e Ciência.

3. O acesso aos serviços administrativos bem como às salas específicas é condicionada.

## **Artigo 11º**

### **Direitos**

1. Ser tratado com respeito e correção por qualquer elemento da comunidade escolar.
2. Todo o aluno tem direito a constituir associações de carácter cultural e recreativo ligadas à escola, ouvida a Direção da mesma.
3. Os alunos poderão utilizar as salas de aulas para estudar, ou para atividades pedagógicas devidamente justificadas, devendo para isso efetuar marcação em livro próprio.
4. Os alunos poderão levar os instrumentos da escola para estudar em casa.
  - 4.1. Para solicitar o instrumento, o encarregado de educação, ou aluno quando maior de 18 anos, deverá preencher um impresso próprio.
  - 4.2. O encarregado de educação ou o aluno, quando maior de 18 anos, será responsável pelo bom estado do instrumento, podendo ser chamado a suportar a reparação, decorrente de danos que o mesmo sofra enquanto está na sua posse.
5. Ser chamado a avaliar as audições e outras atividades não letivas em que participem.

## **Artigo 12º**

### **Obrigações**

1. Constituem obrigações de cada aluno:
  - a) Ser assíduo e pontual
  - b) Ter bom comportamento, com respeito pelos colegas, professores e funcionários da Escola, abstendo-se de atitudes que prejudiquem o ambiente, o normal funcionamento e o bom nome da Escola;
  - c) Acatar as instruções dadas pelos professores e demais responsáveis da Escola;
  - d) Participar em audições de classe e outras organizadas pela Escola;
  - e) Participar nas atividades desenvolvidas pela escola.

f) A não observância da alínea c) pode condicionar a avaliação.

2. Atitudes que lesem o normal funcionamento ou o bom nome da Escola serão punidas pelo Conselho Pedagógico, de acordo com o que este deliberar caso a caso.

## **Artigo 13º**

### **Ação disciplinar**

1. O comportamento do aluno que contrarie as normas de conduta e de convivência e se traduza no incumprimento do dever geral ou específico, revelando-se perturbador do regular funcionamento das atividades da escola ou das relações na comunidade educativa, constitui infração e deve ser objeto de intervenção, sendo passível de medida corretiva ou de medida disciplinar sancionatória.
2. As medidas corretivas e as disciplinares sancionatórias bem como a tramitação do procedimento disciplinar têm objetivos pedagógicos, preventivos, dissuasores e de integração, visando o cumprimento dos deveres dos alunos, a preservação do reconhecimento da autoridade e segurança do pessoal docente e não docente, o normal prosseguimento das atividades da escola e o reforço da formação cívica do aluno para um crescimento equilibrado da sua personalidade e integração plena na comunidade educativa, estando previstas na lei e neste regulamento.
3. Fora da sala de aula, qualquer professor ou funcionário tem competência para advertir o aluno, confrontando-o verbalmente com o comportamento perturbador do normal funcionamento das atividades da escola.
4. A violação de algum dos deveres previstos na legislação em vigor e neste Regulamento Interno, em termos que se revelem perturbadores do funcionamento normal da escola ou das relações no âmbito da comunidade educativa, constitui infrações qualificadas como:
  - a) Leves
    - i. comportamentos e atitudes reveladores de falta de educação
    - ii. perturbação da aula
  - b) Graves

- i. recusa de tarefas e procedimentos escolares que se destinam à aprendizagem própria ou dos colegas
- ii. desrespeitar qualquer membro da comunidade educativa, com linguagem ou atitudes comportamentais ofensivas
- iii. danificação intencional de equipamento e/ou instalações escolares
- iv. sair da sala sem autorização do professor

c) Muito graves

- i. qualquer tipo de agressão física a membros da comunidade escolar
- ii. destruição intencional de material, equipamentos ou instalações escolares
- iii. agressão verbal classificada
- iv. recusar sair da sala de aula por ordem do professor

5. Medidas corretivas - Estas medidas têm objetivos pedagógicos, preventivos, dissuasores e de integração, visando o cumprimento dos deveres dos alunos, a preservação do reconhecimento da autoridade e segurança do pessoal docente e não docente, o normal prosseguimento das atividades da escola e o reforço da formação cívica do aluno para um crescimento equilibrado da sua personalidade e integração plena na comunidade educativa. As medidas seguintes são as aplicáveis no caso de infração leve:

a) A ordem de saída da sala de aula, e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;

- i. A aplicação da medida corretiva da ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar, é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a permanência do aluno na escola, competindo àquele determinar o período de tempo durante o qual o aluno deve permanecer fora da sala de aula, se a aplicação de tal medida corretiva acarreta ou não a marcação de falta ao aluno e quais as atividades, se for caso disso, que o aluno deve desenvolver no decurso desse período de tempo.

- b) A realização de tarefas e atividades de integração escolar;
  - c) O condicionamento no acesso a certos espaços escolares, ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas.
6. As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma censura disciplinar do comportamento grave ou muito assumido pelo aluno, devendo a ocorrência dos factos em que tal comportamento se traduz, ser participada por escrito, pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento, de imediato, à Direção Pedagógica, para efeitos da posterior comunicação Conselho Pedagógico. São medidas disciplinares sancionatórias:
- a) Repreensão registada;
    - i. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada é da competência do professor respetivo, quando a infração for praticada na sala de aula, ou do Diretor Pedagógico, nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno, a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido e a fundamentação de facto e de direito que norteou tal decisão.
  - b) A suspensão da escola até 10 dias úteis;
    - i. A decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola até 10 dias úteis, é precedida da audição em auto do aluno visado, do qual constam, em termos concretos e precisos, os factos que lhe são imputados, os deveres por ele violados e a referência expressa, não só da possibilidade de se pronunciar relativamente àqueles factos, como da defesa elaborada, sendo competente para a sua aplicação o Diretor Pedagógico, que pode ouvir previamente o Conselho Pedagógico.
    - ii. Compete ao Diretor Pedagógico, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior será executada.



- iii. Os efeitos decorrentes das faltas dadas pelo aluno no decurso do período de aplicação da medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola até 10 dias úteis, no que respeita, nomeadamente, à sua assiduidade e avaliação, são determinados pela escola.
- c) A expulsão de escola.
- i. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de expulsão de escola reporta-se à prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino-aprendizagem dos restantes alunos da escola, ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.

## **Artigo 14º**

### **Inscrição**

1. A inscrição será efetuada em período fixado anualmente, pela Direção Pedagógica, anunciado através de avisos colocados na Escola.
2. No ato de inscrição, os alunos terão de fazer prova de possuir as habilitações mínimas exigidas pelas disciplinas e anos que pretendem frequentar.
3. O aluno terá que se inscrever obrigatoriamente a todas as disciplinas do seu plano de estudos.
4. Tratando-se de alunos menores, o boletim de inscrição tem de ser obrigatoriamente assinado por um dos pais ou por Encarregado de Educação reconhecido como tal.
5. A admissão de novos alunos está sujeita à capacidade de funcionamento e à lotação da Escola estabelecida na sua autorização definitiva de funcionamento.

## **Artigo 15º**

### **Restrições de matrícula**

1. De acordo e nos termos dos números 1 e 3 do artigo 13º da portaria 225/2012 de 30 de Julho os alunos do curso básico de música em regime articulado poderão não ver autorizada a matrícula ou renovação de matrícula neste regime de frequência.
2. De acordo e nos termos dos números 2 e 3 do artigo 13º da portaria 225/2012 de 30 de Julho, com a redação corrigida pela Declaração de Retificação n.º 55/2012 de 28 de Setembro, os alunos do curso básico de música em regime supletivo poderão não ver autorizada a matrícula ou renovação de matrícula neste regime de frequência desde que sejam alvo de financiamento público.
  - 2.1. Os alunos nestas condições poderão optar pela frequência do curso básico música em regime supletivo auto financiado.
3. Aos alunos de iniciações e do curso básico de música poderá ser cancelada a matrícula:
  - a) Aos alunos que prestem falsas declarações;
  - b) Aos alunos matriculados em dois estabelecimentos de ensino congéneres, exceto se não existir num deles o instrumento ou disciplina pretendidos e estiverem devidamente autorizados.
4. Para todos os efeitos o cancelamento de matrícula é considerado reprovação.

## **Artigo 16º**

### **Propinas**

1. No ato de inscrição, os alunos serão obrigados ao pagamento de uma propina de inscrição, sendo o valor dessa propina fixado anualmente pela entidade proprietária da Escola.
  - 1.1. São excluídos da obrigatoriedade de pagamento de propina os alunos do curso básico articulado que vejam o seu financiamento suportado na totalidade no âmbito do contrato de patrocínio.
  - 1.2. No caso de alunos apoiados pelo Contrato de Patrocínio, a propina a cobrar fica limitada aos tetos definidos pelo Ministério da Educação e Ciência.

- 1.3. O valor da inscrição dos alunos das iniciações e do curso básico supletivo inclui o seguro escolar.
- 1.4. Os alunos do regime articulado estão abrangidos pelo seguro escolar do ensino regular.
2. O pagamento das propinas de frequência será efetuado até ao dia oito de cada mês, de acordo com tabela fixada anualmente.
3. O não pagamento das propinas de frequência, no prazo previsto no número anterior implicará o pagamento do valor em dívida, acrescido de 10%.
4. Passados 30 dias sobre a data do pagamento das propinas de frequência, não tendo sido este efetuado, ficam os alunos sujeitos à exclusão da frequência das aulas, que só retomarão com a realização do pagamento previsto no ponto anterior.
  - 4.1. No caso de o não pagamento se prolongar até ao final de um período e uma vez que o aluno está impedido de frequentar as aulas, também não poderá realizar provas, sendo excluído por faltas.
5. A Direção da Escola poderá, atendendo a condições especiais, justificadas caso a caso, aprovar redução de propinas a determinados alunos.
  - 5.1. A redução referida no ponto anterior não poderá colocar em causa a saúde financeira da Escola.
6. Por cada ano letivo são devidas propinas obrigatórias relativas a 10 meses, de Setembro a Junho, inclusive.
  - 6.1. A propina relativa ao mês de Setembro poderá ser liquidada de uma só vez, ou de forma faseada, por forma a que até ao mês de Dezembro do respetivo ano o pagamento esteja efetuado na sua totalidade.
7. Para alunos com matrículas fora de prazo, são devidas propinas obrigatórias a partir do momento em que é efetuada a matrícula.
8. Não estão compreendidas nas propinas eventuais despesas de material didático.
9. Todos os casos omissos relativos a pagamentos de propinas serão resolvidos pela direção da escola.

## Artigo 17º

### Faltas

1. As faltas dos alunos serão tratadas de acordo com a lei em vigor.
2. As faltas devem ser sempre justificadas dentro de um prazo de 3 dias úteis a contar da data da falta, em impresso a fornecer pela escola, devidamente assinado pelo encarregado de educação ou aluno maior de 18 anos.
3. Quando for atingido metade do limite de faltas injustificadas, conforme disposto na legislação invocada no número anterior, os pais ou o encarregado de educação ou, quando maior de idade, o aluno, serão avisados.
  - 3.1. No 1.º ciclo do ensino básico o aluno não pode dar mais de 10 faltas injustificadas.
    - 3.1.1. A violação do limite de faltas injustificadas previsto no número anterior, obriga ao cumprimento de um plano individual de trabalho que incidirá sobre todo o programa curricular do nível que frequenta e que permita recuperar o atraso das aprendizagens.
  - 3.2. Nos restantes ciclos ou níveis de ensino, as faltas injustificadas não podem exceder o dobro do número de tempos letivos semanais, por disciplina.
    - 3.2.1. A violação do limite de faltas injustificadas previsto no número anterior, obriga ao cumprimento de um plano individual de trabalho, que incidirá sobre a disciplina ou disciplinas em que ultrapassou o referido limite de faltas e que permita recuperar o atraso das aprendizagens.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, em casos excecionais, poderá a Direção Pedagógica, com parecer favorável do professor da disciplina e ouvido o encarregado de educação (para os alunos menores de 18 anos) ou o aluno maior de 18 anos, suspender imediatamente da frequência das aulas o aluno que tenha excedido o limite de faltas injustificadas.

## **Artigo 18º**

### **Transição de grau**

1. De acordo com o artigo 11º da portaria 225/2012 de 30 de Julho, os alunos podem solicitar prova de avaliação para a transição de grau em qualquer das disciplinas do seu plano de estudos.
2. A transição de grau é pedida pelo encarregado de educação ou aluno maior de 18 anos, e terá que possuir o parecer favorável do respetivo professor.
3. A Direção Pedagógica, mediante o parecer do conselho pedagógico, autorizará, ou não, a realização da prova.
4. As provas de transição de grau deverão incidir sobre todo o programa do grau anterior àquele a que o aluno se candidata.
  - 4.1. Esta regra não se aplica à disciplina de classes de conjunto por a mesma não possuir programa oficial.
  - 4.2. A transição de grau à disciplina de classes de conjunto fica sujeita à prestação de provas definidas pelo professor e aprovadas pela Direção Pedagógica.
5. Todo o processo de transição de grau será efetuado preferencialmente durante a última semana de Janeiro e a primeira de Fevereiro de cada ano letivo.
  - 5.1. Sem prejuízo do número anterior, as provas de transição de grau, poderão ser realizadas em qualquer outra data, se for considerado mais conveniente do ponto de vista pedagógico.
  - 5.2. A prova de transição de grau deverá ser realizada no mínimo um mês após a data do seu pedido.
6. A transição de grau à disciplina de classes de conjunto deverá ser solicitada para um grau igual ou inferior ao grau que o aluno frequenta na disciplina de formação musical.
  - 6.1. Se o aluno solicitar transição de grau a formação musical, poderá solicitar transição de grau a classes de conjunto, desde que para um grau não superior ao que solicita para formação musical.

## **Artigo 19º**

### **Transferências**

1. Qualquer aluno inscrito nos cursos oficiais, pode solicitar transferência para outro estabelecimento de ensino equivalente.
2. No final do ano letivo, se o aluno pretender fazer transferência de escola, tem que fazer a matrícula para o novo ano, na escola de onde sai, ficando esta responsável pelo envio de todo o processo do aluno.

## **Artigo 20º**

### **Infantil e Iniciações**

Os alunos até 10 anos de idade poderão inscrever-se nesta escola nas iniciações, desde que tenham 6 anos de idade ou 5 se, neste caso, já estiverem inscritos no primeiro ano da primeira fase do ensino básico. Os alunos de 4 e 5 anos inscrever-se-ão no nível infantil.

1. Os alunos das iniciações terão os mesmos deveres e obrigações dos alunos dos cursos básicos, nomeadamente em relação a:
  - a) Assiduidade: devem ser assíduos e pontuais.
  - b) Participação nas reuniões de classes e audições.
  - c) Realização de testes orais, escritos e de instrumento durante o ano letivo.
  - d) Avaliação trimestral.
  - e) Participação nas atividades desenvolvidas pela escola.
2. Em relação à alínea d) do ponto anterior, a avaliação será enquadrada nos moldes descritos no artigo 25º.
3. O percurso destes alunos até chegarem ao primeiro grau do ensino oficial será feito da seguinte forma, correspondendo aos 4, 5, 6, 7, 8 e 9 anos de idade respetivamente:
  - a) Infantil (4 e 5 anos)
  - b) Iniciações A (6 anos)
  - c) Iniciações B (7 anos)

- d) Iniciações C (8 anos)
  - e) Iniciações D (9 anos)
4. O plano de estudos da classe infantil é constituído pela disciplina de:
- a) iniciação musical.
5. O plano de estudos da classe de iniciações é constituído pelas seguintes disciplinas obrigatórias:
- a) Formação musical
  - b) Classes de conjunto
  - c) Instrumento
6. Se não se inscrever número suficiente de alunos em qualquer destes anos, esses alunos serão incluídos na turma que na altura a Direção Pedagógica, juntamente com os professores das disciplinas, acharem mais apropriada.
7. Todos estes alunos tem direito à prática do instrumento logo no primeiro ano de inscrição, sendo também feita uma divisão em 4 anos (A, B, C, D), como a referida no ponto 3 deste artigo.
- 7.1. Excetua-se do ponto anterior os alunos de 4 e 5 anos, salvo se se tratar de alunos com capacidades acima da média, sendo essa avaliação efetuada pelo respetivo professor e pela Direção Pedagógica.
8. A duração semanal das aulas, será fixada de acordo com a legislação em vigor, disponível para consulta na escola.
9. Os programas a adotar terão como base os existentes nesta escola para as iniciações. As aulas devem ser dadas, no entanto, tendo em conta a idade dos alunos.
10. Em relação ao ponto anterior, cabe grande responsabilidade ao professor no sentido de conseguir ter uma boa relação com os alunos, capacidade de imaginação e grande dinamismo.

## **Artigo 21º**

### **Curso Básico de Música em regime Supletivo**

As matrículas no curso básico de música em regime supletivo são regidas pela legislação em vigor.

1. O plano de estudos do curso básico de música em regime supletivo tem as seguintes disciplinas obrigatórias.
  - a) Formação Musical.
  - b) Classes de Conjunto.
  - c) Instrumento.

## **Artigo 22º**

### **Curso Básico de Música em regime Articulado**

As matrículas no curso básico de música em regime articulado, são regidas pela legislação em vigor.

1. O plano de estudos do curso básico de música em regime articulado tem as seguintes disciplinas obrigatórias.
  - a) Formação Musical.
  - b) Classes de Conjunto.
  - c) Instrumento.

## **Artigo 23º**

### **Outros Casos**

Os alunos poderão inscrever-se nesta escola em Regime Livre, em uma ou mais disciplinas.

1. Estes alunos ficarão excluídos dos cursos oficiais, não sendo sujeitos ao que estes implicam em termos de programa, avaliação e regime de faltas.



2. Salvo casos excepcionais, devidamente justificados, o número de horas semanal será o mesmo dos cursos oficiais.
3. Cabe ao professor dos alunos deste regime, com o acordo da Direção Pedagógica, estabelecer o programa e método de ensino que melhor se adapte a cada aluno.
4. Estes alunos terão o dever da assiduidade e pontualidade e o direito (com o consentimento do professor e Direção Pedagógica), à participação em reuniões de classe e audições, bem como nas demais atividades desenvolvidas pela escola.

## **Artigo 24º**

### **Cancelamento de matrículas**

1. É permitido aos alunos de iniciações e do curso básico de música em regime supletivo cancelar a matrícula de qualquer disciplina em que se encontrem matriculados.
2. O cancelamento deve ser requerido em impresso próprio.
3. Para efeito de pagamento de propinas, o cancelamento de matrícula só entra em vigor no mês seguinte ao da sua realização.
4. O cancelamento de matrícula a formação musical e/ou classes de conjunto implicará um aumento da propina na disciplina de instrumento
5. Para todos os efeitos o cancelamento de matrícula voluntária equivale a uma reprovação.

## **AVALIAÇÃO**

### **Artigo 25º**

#### **Formas de avaliação**

1. Todos os alunos inscritos nas iniciações e nos cursos básicos articulado e supletivo são sujeitos a um processo de avaliação contínua e periódica.
2. A avaliação contínua remete para todo o processo inerente às aulas, audições, reuniões de classe e atividades desenvolvidas pela escola.
3. A avaliação periódica remete para o processo inerente aos testes.

4. Os testes da disciplina de formação musical nas iniciações são realizados com o respetivo professor durante cada período.
5. Os testes da disciplina de formação musical do curso básico são escritos e orais, realizados com o respetivo professor durante cada período.
  - a) No final de cada período os alunos serão sujeitos a um teste escrito e um oral perante um júri.
6. A disciplina de instrumento terá, no final de cada período, um teste perante um júri.
7. Excetuam-se do ponto anterior os alunos das iniciações cujos professores considerem inadequada a realização de testes, pelas características do instrumento.
8. Os alunos dos cursos básicos articulado e supletivo e os alunos do último nível das iniciações, farão, no final de cada período, uma autoavaliação referente às três disciplinas – Instrumento, Formação Musical e Classes de Conjunto.
9. No final de cada período, é afixada uma avaliação quantitativa dos alunos do curso básico do 1º ao 5º grau.
  - a) Aos encarregados de educação dos alunos do curso básico será enviada uma avaliação no final do 1º período e a meados do 2º e 3º períodos.
10. Aos encarregados de educação dos alunos das iniciações será enviada uma avaliação no final de cada período.
11. Todos os alunos que ingressem pela primeira vez no 5º ano de escolaridade, estão sujeitos a uma prova de aptidão musical.
  - a) Os critérios de avaliação da prova de aptidão musical, constarão de documento próprio.

## **Artigo 26º**

### **Critérios de avaliação**

1. Todas as disciplinas deverão possuir objetivos específicos, critérios de avaliação e programas adequados.

2. Os objetivos e critérios de avaliação de cada disciplina constam de documento próprio, elaborado pelos professores das várias disciplinas e aprovado pelo conselho pedagógico.

## ***PESSOAL NÃO DOCENTE***

### **Artigo 27º**

#### **Enquadramento**

1. O pessoal não docente da Escola de Música de Leça da Palmeira terá os direitos e os deveres consignados na Lei, nomeadamente no Código do Trabalho, nos respetivos contratos de trabalho e demais regulamentos e normas existentes na escola.
2. A admissão de funcionários é da competência da entidade proprietária da Escola, sob eventual proposta da Direção Pedagógica.
3. A distribuição de tarefas dos funcionários administrativos e auxiliares, de vigilância e de limpeza é da responsabilidade da direção da entidade titular sob eventual proposta da Direção Pedagógica.

### **Artigo 28º**

#### **Direitos**

1. Constituem direitos do pessoal não docente:
  - a) Ser respeitado pelos colegas, professores, encarregados de educação, alunos, Direção Pedagógica e direção da entidade titular.
  - b) Dispor de condições para o exercício das suas funções, de acordo com as disponibilidades materiais e humanas da escola.

## **Artigo 29º**

### **Obrigações**

1. Ao pessoal administrativo e auxiliar compete assegurar a execução com zelo e eficiência do expediente relativo aos serviços da secretaria e manutenção, cumprindo as tarefas que lhe foram atribuídas pela direção.
2. O pessoal administrativo e auxiliar não deve interromper as aulas. Apenas em circunstâncias especiais e quando devidamente mandatado, o poderá fazer.

## ***PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO***

## **Artigo 30º**

### **Direitos e deveres**

1. Constituem direitos e deveres dos pais e encarregados de educação:
  - a) Informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos e comparecer na escola por sua iniciativa e quando para tal for solicitado.
  - b) Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino - aprendizagem dos seus educandos.
  - c) Responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade e pontualidade dos seus educandos.
  - d) Participar na associação de pais e encarregados de educação.
  - e) Ser chamado a avaliar as audições e outras atividades não letivas realizadas pelos seus educandos sempre que a elas assistam.

## ***DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS***

### **Artigo 31º**

1. Todas as situações omissas no presente Regulamento serão resolvidas de acordo com a lei geral aplicável ao caso, competindo a decisão final à entidade proprietária, enquanto entidade tutelar, depois de ouvida a Direção Pedagógica.
2. Se sair legislação que contrarie o disposto neste regulamento e enquanto o mesmo não for revisto em conformidade, essa legislação sobrepõe-se ao regulamento.
3. O presente regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicitação.
4. O presente regulamento poderá ser alterado sempre que necessário, devendo no entanto essa alteração ser feita sempre que possível no final do ano letivo com vista ao ano letivo seguinte.
5. A alteração prevista no número anterior, terá que ser ratificada pela Direção Pedagógica.

Leça da Palmeira, 01 de setembro de 2015

A Direção da Escola,